

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

NATÁLIA DANTAS RIOS

GÊNERO E ADOLESCÊNCIA: Construções sócio-histórico-cultural respaldadas
nos espaços familiar e escolar

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

NATÁLIA DANTAS RIOS

GÊNERO E ADOLESCÊNCIA: Construções sócio-histórico-cultural respaldadas
nos espaços familiar e escolar

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Me. Moema Alves Macêdo

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

NATÁLIA DANTAS RIOS

GÊNERO E ADOLESCÊNCIA: Construções sócio-histórico-cultural respaldadas nos espaços familiar e escolar

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 26/06/2024

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Me. Moema Alves Macêdo

Membro: Profa. Me. Maria Aparecida Trindade Pereira

Membro: Esp. Francyelly Da Silva Felix

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

GÊNERO E ADOLESCÊNCIA: construções sócio-histórico-cultural respaldadas nos espaços familiar e escolar

Natália Dantas Rios¹
Moema Alves Macêdo²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal refletir sobre gênero em nuances da adolescência imersa em contextos familiar e escolar. Caracteriza-se como objetivos específicos: debater sobre gênero enquanto formador social; discutir sobre a adolescência enquanto constructo cultural-sócio-histórico; dialogar sobre como o espaço familiar e educacional podem corroborar com os estereótipos de gênero. A pesquisa realizada consiste em um estudo de revisão da literatura, de estrutura exploratória e descritiva, com suporte de base de ordem qualitativa. Para coleta de dados processuais foram realizadas leituras flutuantes e reflexiva, em sequência foi aplicada a leitura informativa para elaboração textual de análise crítica e transversal. Foi identificado o sofrimento ético-político de jovens, que por vezes são proibidos de serem quem são, pois há o temor de sofrerem represálias, em uma sociedade marcada pela violência. Essas violências são perpetradas em vários ambientes e instituições sociais, como escola e família. Nesta é esperado certos tipos de comportamentos e atitudes referentes ao ser menino e ao ser menina. Já na escola, apesar de seu caráter educativo, tem suas raízes em uma ideologia dominante, que concebe o indivíduo de forma padronizada.

Palavras-chave: Gênero. Adolescente. Família. Escola.

ABSTRACT

The present study aims to reflect on gender nuances in adolescence within family and school contexts. The specific objectives are to debate gender as a social construct; to discuss adolescence as a socio-cultural-historical construct; to explore how family and educational spaces can reinforce gender stereotypes. The research consists of a literature review, exploratory and descriptive in nature, with a qualitative basis. For data collection, floating and reflective readings were performed, followed by informative readings to develop a critical and cross-sectional textual analysis. The ethical-political suffering of these young people was identified, as they are forbidden to be themselves due to the fear of reprisals in a society marked by violence. These violences are perpetrated in various environments and social institutions, such as school and family. In the family, certain behaviors and attitudes are expected based on being a boy or a girl. In school, despite its educational nature, it has roots in a dominant ideology that conceives the individual in a standardized manner.

Keywords: Gender. Adolescent. Family. School.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: natalia.dnts@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: moema@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

As forças motrizes que moldam uma sociedade são intrinsecamente ligadas a fatores objetivos, enraizados em fontes materiais que evoluem de acordo com os contextos históricos. Estes fatores permeiam a dinâmica das relações sociais e influenciam diretamente na concepção de homem e mulher, assim como nas expectativas de comportamento impostas sobre esses sujeitos (Novaes, 2015). Como observado por Iop (2009), as organizações sociais se constroem e se medem pelo poder que se estabelece nos grupos sociais, muitas vezes definido pela perspectiva de gênero predominante.

Assim, é importante ressaltar que, mesmo em períodos em que a estratificação social era menos pronunciada, ainda havia expectativas sociais em relação aos papéis de gênero. Essas expectativas podem ter variado de acordo com as condições econômicas e culturais específicas de cada sociedade, mas às normas sociais em torno do que era considerado apropriado para homens e mulheres provavelmente desempenharam um papel significativo na vida cotidiana dos dias atuais (Novaes, 2015).

Ao conceber o mundo moderno e seus avanços em termos de cultura, pode-se questionar sobre as esferas das questões de gênero que permeiam toda uma estrutura enraizada em papéis socialmente pré-determinados. Antes do nascimento de uma criança, as condições objetivas de uma certa expectativa já são depositadas dentro do seio familiar. A criança desde a sua concepção já é mergulhada em ditames sociais, que aprova ou recrimina certas ações comportamentais (Iop, 2009).

A compreensão dessas dinâmicas históricas é de crucial consideração para analisar a contemporaneidade em seus aspectos históricos e como os adolescentes, dentro do âmbito escolar e familiar, percebem as relações de gênero em suas multiplicidades. Embora as estruturas sociais e econômicas tenham evoluído ao longo dos séculos, muitos dos estereótipos de gênero enraizados na história continuam a influenciar as percepções e experiências dos jovens de hoje (Bock, 2007).

O estudo basilar de investigação tem como objetivo primário refletir sobre o gênero em nuances da adolescência imersa em contextos familiar e escolar, assim, para atingir tal propósito pretende-se: debater sobre gênero enquanto formador social; discutir sobre a adolescência enquanto construto cultural-sócio-histórico; dialogar sobre como o espaço familiar e educacional podem corroborar com estereótipos de gênero.

É imperativo o entendimento da construção social da adolescência e das relações de gênero, dada a prevalência de estereótipos na sociedade. Os adolescentes, enquanto sujeitos ativos e passivos na internalização e reprodução desses padrões, frequentemente recebem instruções sem espaço para questionamentos ou desconstruções, devido à profunda inserção da ideologia dominante e dos papéis sociais de gênero estabelecidos. Esses padrões, enraizados em paradigmas sociais, refletem as condições objetivas da realidade e perpetuam uma dicotomia simplista entre homem e mulher (Novaes, 2015).

É de extrema necessidade destacar que as discussões tiveram como base as performances de gênero cis, considerando que há atravessamentos de opressão vivenciados por pessoas trans e que requer um trabalho específico para essa discussão. Isso é destaque para que a compreensão de performatividade cis não seja lida como universal.

Assim, a escolha de pensar sobre gênero e adolescência, em um contexto escolar e familiar, surge de uma motivação profunda e multifacetada. Como mulher em formação acadêmica, sempre houve inquietações frente às pressões sociais em virtude de certos padrões de feminilidade preestabelecidos. Esta consciência despertou um desejo ardente de compreender mais profundamente as complexidades subjacentes à construção social do gênero e como essas normas influenciam a vida e o desenvolvimento dos indivíduos desde uma idade precoce.

A importância acadêmica de investigar esse tema em um momento em que os estudos de gênero e feminismo estão ganhando cada vez mais destaque no campo das ciências sociais. Ao explorar como o meio social, com base na escola e na família influenciam as ações dos adolescentes, pretende-se contribuir para um corpo crescente de conhecimento que informa não apenas as teorias existentes, mas também práticas educacionais e políticas sociais que buscam promover a igualdade de gênero e a inclusão.

É crucial abordar essa questão em um contexto social mais amplo, onde as desigualdades de gênero continuam a persistir. Ao entender melhor como essas instituições sociais moldam e criam condutas de acordo com o gênero, pode-se identificar pontos de intervenção e promover uma mudança positiva em direção a uma sociedade mais igualitária e justa para todos os gêneros. Assim, essa pesquisa não é apenas uma busca pelo conhecimento acadêmico, mas também uma jornada de autodescoberta, ativismo e compromisso com a construção de um mundo mais inclusivo e igualitário para todos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada consiste em um estudo de revisão da literatura, de estrutura exploratória e descritiva, com suporte de base de ordem qualitativa. A pesquisa exploratória busca conceber a variável do estudo tal qual se manifesta, dispondo do meio onde está integrada e o contexto como formas de apreender as dinâmicas sociais e culturais, nesse sentido, surge como um mecanismo de perceber a realidade de forma macro, não pautando a experiência do pesquisador, como universal e concreta da realidade objetiva (Piovesan; Temporini, 1995).

Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como base alcançar certos fenômenos sociais e culturais que perpassam uma sociedade e afeta diretamente uma população, nesse sentido, o objetivo é descrever características desse fenômeno, de maneira a retratar a realidade de forma minuciosa e esquematizada. A pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos, levando em consideração as possíveis ideias, dogmas, crenças e interpretação, de forma a entender os segmentos específicos que está atrelado a tal percepção. O contexto da pesquisa se dá como um todo, mas o meio subjetivo dos participantes toma espaço vital, como forma de examinar as experiências, baseado no contexto de inserção de cada indivíduo (Godoy, 2009).

Para fundamentar a pesquisa foram utilizados artigos científicos, revistas, livros e ebooks. Esses instrumentos foram colhidos por meio de pesquisas, nas bases de dados do Google Acadêmico, Scielo e repositórios institucionais. Dessa forma, os critérios de inclusão foram alicerçados em trabalhos publicados em inglês, português e espanhol, estudos pertinentes ao tema, com base em uma perspectiva da psicologia sócio-histórico-cultural.

Os descritores empregados na busca foram “adolescência”, “construção do gênero”, “família e gênero”, “papel da escola”, “identidade de gênero”. Além disso, foi empreendido junções entre descritores, com as seguintes sucessões: “formação do gênero, enquanto categoria social”, “funções do papel familiar dentro da perspectiva de gênero”, “contribuição da escola na formação da identidade de gênero”, “adolescência a partir da psicologia histórico-cultural”, “vivências e expectativas na adolescência em relação ao gênero” “formação da identidade de gênero na adolescência”.

Para coleta dos dados processuais, embasados na literatura científica foram realizadas leituras flutuantes, de artigos, livros, localizados nos bancos de dados. Depois dessa visualização macro dos textos, foi aplicada a leitura reflexiva, com o intuito de responder aos objetivos desta pesquisa. Em sequência, foi aplicada a leitura informativa, com elaboração de resumos e fichamentos de textos selecionados após a leitura reflexiva, com o intuito de elaborar todo o corpo teórico e metodológico deste artigo, em seu caráter transversal. Para

amparar o rigor científico na construção deste artigo, foram utilizados 48 artigos em periódicos, 1 monografia, 2 livros e 3 trabalhos apresentados em congressos.

3 GÊNERO ENQUANTO FORMADOR SOCIAL

Conceber a palavra gênero enquanto categoria analítica à história e não somente à história das ordenações das mulheres, é lançar luz sobre o percurso histórico da humanidade, propiciando um saber teórico que analisa as estruturas de desigualdades e hierarquias sociais, dentro de um espaço macro e micro de sociedade estruturada em visões de mundo hegemônicas. Desse modo, o conceito de gênero foi consagrado em virtude de uma oposição a um determinismo biológico nas associações entre os sexos, destinando-lhe uma particularidade essencialmente social. Este aspecto interconectado surge a partir da estreita ligação entre os gêneros, e essas definições não poderiam ser compreendidas de forma unificada, havendo uma correlação recíproca (Nicholson, 2000).

O conceito de gênero nasceu como pressuposto a uma teoria biologizante do ser humano, que concerne um destino de forma a naturalizar os sistemas sociais, tirando do meio toda uma estrutura que engloba e perfaz o ser homem e o ser mulher. Essa destinação serve também para determinar lugares e experiências aos sexos. Em toda essa conjuntura o sujeito é vítima de uma naturalização de desigualdades formal (Pinsky, 2009).

O gênero enquanto subsidiária de observação teórica, teria como afirmação a transformação de status concedente, não apenas reformulando o tradicionalismo, mas também inovando em um estudo crítico das ordenações de critérios de premissas do estudo em torno das questões de gênero. Ao lado de toda uma configuração que é alicerçada nas noções de classe, raça e gênero, o poder é forma de propagandear os interesses de uma classe, excluindo os discursos e os saberes dos oprimidos, em uma posição de oprimir e subalternizar (Scott; Louro; Silva, 1995).

Ao se evocar o poder e se alienar diante de toda uma afirmação elementar da sociedade e do modo como ela regula as normas e os costumes, oculta-se os seus movimentos, bem como a ideia de mudança de paradigma. O gênero surge como forma de diferenciar as relações sociais entre homem e mulher, mas também para reafirmar os significados impostos pela cultura, de forma a produzir ideologicamente uma configuração coletiva. Há, em toda essa essência, uma base política para declarar o gênero como fundamento, esse parâmetro está em razão do regime da autoridade do binarismo e a compulsoriedade da heterossexualidade (Firmino; Porchat, 2017).

Toda essa organização do gênero e da aspiração heterossexual é amplamente divulgada em todo o meio global da cultura de massas. O que se coloca é a normatização da heterossexualidade, como único modo possível de se relacionar. As pessoas só são legitimadas, segundo o modelo moralista, quando operam seu gênero de acordo com o padrão. Por isso, a necessidade de se falar sobre identidade de gênero antes de abordar identidade de forma isolada. Se as pessoas precisam elucidar sua identidade de acordo com o estereótipo de homem e de mulher, para serem validados como tal, e essa mensuração de homem e de mulher é alicerçada por uma produção educativa, então a própria identidade é forjada por um discurso (Butler, 1997).

O binário de gênero é constituído de forma a unificar os corpos, e tem suas conotações em uma herança metafísica ocidental, tal relação se constitui a partir de uma relação desafiante entre o eu e o outro. Toda essa estrutura binária de compreender o mundo tem suas raízes políticas e sociais, e que devem ser debatidas e questionadas. Para além da compreensão do gênero cis, é importante destacar que há outras identidades e outras formas de compreender o gênero que não está respaldada pelo ser homem e o ser mulher, e que são expressões que precisam ser visibilizadas, pessoas transexuais, agênero, gênero fluido, não-binárias entre outros, são performances de gênero que passam por um sofrimento político e atravessamentos mais específicos diante dos enquadres sociais, sendo necessário um trabalho mais detalhado para lidar com essa temática (Do Reis; Pinho, 2016).

Assim sendo, gênero é a condução da identidade subjetiva, onde se avalia a forma pela qual as identidades de gênero são efetuadas e se mantêm a partir de atividades e modos de comportamentos relacionados, em categoria a uma representação e organização social. A cultura, os relacionamentos, a sociedade são todos ordenamentos que refletem o dinamismo do gênero e seus arranjos. A estrutura da casa, a decoração, as regras impostas, a rotina do trabalho doméstico, a mobília, todos eles são capazes de alicerçar as diferenças de natureza sexual (Almeida, 2002).

O gênero em toda sua substância de ações, não é dado de modo simplista, mas é uma operação contextual. O ser “homem”, não é conduzido por uma identidade masculina, mas são os atos, expressões, atitudes, de maneira fixa e repetidas, que constituem uma identidade masculina, que tem o aspecto de ser efetivo, ainda que seja inconstante e necessite de uma atuação contínua de atos culturalmente relevantes como masculinos (Pinsky, 2009).

Os atos, gestos e representações que se associam a um determinado gênero não são apenas expressões superficiais de uma identidade preexistente; em vez disso, eles são performativos. Isso significa que essas ações não apenas refletem uma identidade já presente,

mas na verdade a constroem e a reafirmam continuamente. Esses atos são acompanhados por signos corpóreos e discursos culturais que os sustentam, criando a ilusão de uma essência ou substância interna que é inerente ao gênero (Nicholson, 2000).

O gênero é a primeira forma de dar sentido às vinculações de poder, em sua forma concreta de estrutura do mundo e das relações. A partir da configuração que dá sentido ao gênero já pode se perceber o sincretismo simbólico da vida e das associações entre os sexos. O gênero intervém na consolidação do discurso que afirma e consolida uma identidade feminina e masculina, que detém os homens e as mulheres em suas barreiras de limitações, o qual todos devem questionar e problematizar as armaduras contextuais, que segrega e aparta os indivíduos (Firmino; Porchat, 2017).

À vista disso, o gênero significa reconhecer seu caráter vazio de significado, apesar de parecer fixado, ele recebe caracterização negada ou excluída, de forma a unificar um conceito em sentido restrito. O gênero ainda reverbera desigualdades, em seu modo binário de consolidação de padrões, de diferenças falsamente naturais. Um ponto que deve ser destacado é o significado da palavra gênero enquanto medida de conceber a categoria “homem e mulher”, de forma homogênea, sem assumir responsabilidade de posição historiográfica ou de vinculação entre si. Como sobreposição, o gênero feminino assumiu uma configuração que diverge da entidade social e de seu relacionamento com o gênero masculino (Butler, 2014).

Em toda sua performatividade, o gênero valeu-se de um regime de poder que segrega e aparta outras configurações de identidade. O preço de sua unificação é a exclusão de certas categorias de exposição. Em toda essa operação de combate das forças estranhas, o mundo tornou-se hegemônico, agora não só na economia, mas em todo arranjo social, e isso perfaz as práticas sexuais e a coerência entre desejo e gênero (Arán; Peixoto, 2007).

Não somente a possibilidade, mas todo o simbolismo ligado a atributos de gênero é performativo. Isso se traduz no arranjo artificial hegemônico, de forma que tais ações não só espelham uma identidade já existente, mas moldam e reforçam continuamente. A queixa da produção de uma substância de atributos em torno do gênero, é questionada enquanto simulação do seguimento do que é concebido como perene e rígido (Butler, 1997).

Há uma necessidade de se olhar para o gênero enquanto significação entre os sexos, de como é definido uma categoria analítica para o conceito de homem e de mulher, e como essa estrutura é alicerçada em significados das diferenças sexuais. O gênero dá forma às oposições entre os sexos, eles usam do termo da biologia e configura sua expressão para seres totalmente sociais, em uma distinção biológica entre o homem e a mulher, em uma posição que coloca a mulher como delicada, submissa, casta por natureza. Essa situação, no entanto,

só é posta pois infelizmente a condição da mulher é alicerçada mediante a mais cansativa disciplina e subalternização pela figura do poder masculino (Scott; Louro; Silva, 1995).

A discrepância entre os sexos pressupõe características e atitudes que delimitam a identidade masculina e feminina, em um viés ideologizante do termo. Não somente as mulheres são acometidas por esse ordenamento, mas os homens também são vigiados e punidos na consolidação da masculinidade, de forma que não se pode mensurar outros tipos de ações que não sejam aquelas voltadas para um modo determinante de ser. Os homens são ensinados desde sua tenra infância a seres dominadores e ativos, já as mulheres devem ser dominadas e passivas. Esses costumes são formadores de adoecimento, visto a falta de mobilidade entre os sexos, concebendo o binarismo como única alternativa possível (Butler, 1997).

Em virtude da caracterização social que o homem exerce na sociedade, muitas mulheres acreditam na associação entre poder e masculinidade, como uma correlação de forças. Nesse sentido, há uma descaracterização da figura da mulher enquanto fenômeno de ascensão econômica e de prestígio. Já os homens identificam sentimentos, emoções como necessidades afetivas de feminilidade, ficando alheios a essas expressões. Em seu modo operante todas essas ideias são maléficas para o bem-estar social de uma construção de uma sociedade emancipatória, onde as questões de raça, classe e gênero sejam extintas e o bem-viver coletivo seja expresso (Cabral; Díaz, 1998).

Infelizmente, o seio estrutural da sociedade contemporânea, alguns comportamentos são determinados pela cultura como sendo concernentes a um ou ao outro sexo, aos quais o homem e a mulher necessitam reprimir para serem considerados e validados como seres de categoria de respeito e de confiabilidade. A liberdade do homem e da mulher, em uma nova sociedade, permitiria que ambos os sexos pudessem ser quem são, sem ficar presos às amarras sociais. Os homens exerceriam o cuidado, a paternidade, o afeto, então o sofrimento latente que se percebe nessa categoria de exploração seria aniquilado, já as mulheres desempenhariam a sua criatividade no trabalho, nas produções científicas, bem como a sobrecarga de trabalho doméstico e do cuidado seria de responsabilidade de toda a sociedade (Scott; Louro; Silva, 1995).

Obviamente, essas nuances de liberdade são vividas de modos mais individuais que coletivos por alguns sujeitos que se colocam numa posição de subalternidade, contudo, as tensões e os enfrentamentos para a manutenção dessas posições dissidentes costumam ser constantes. Esse tensionamento pode ter aspectos peculiares a depender do ciclo de vida que o

sujeito esteja vivendo. Assim, neste artigo a discussão partirá da conotação do adolescente cis, momento no qual tensões referentes a outros papéis sociais já estão postas

4 ADOLESCÊNCIA: UMA CONSTRUÇÃO SÓCIO-CULTURAL-HISTÓRICA

Houve um estágio da cultura que apenas a infância e a adultez eram consideradas, sem se reter as questões que envolvem o desenrolar da puberdade, conceito que só se tornou hegemônico em tempos recentes da sociedade moderna (Leal; Facci, 2014). Até o século XVII, a adolescência era mergulhada na perspectiva da criança, não havendo uma distinção de papéis. O período da adolescência não era marcado por uma etapa do desenvolvimento, considerando alheias os fenômenos biológicos. (Coimbra; Bocco; Do Nascimento, 2005).

O termo adolescência, como fator de identidade e de fase da vida, surge a partir de condições objetivas, a expressão surge a partir das relações sociais, visto uma necessidade, de alguns grupos, de definir e atribuir valor a esse conceito. Esses fatos sociais surgem nas relações, nas trocas, no fazer e no receber (Martins, 2004). Assim sendo, adentrando no campo da psicologia, o conceito de adolescência é perpassado por uma óptica de etapa da vida, de forma a universalizar o desenvolvimento como algo natural, resultante de fatores biologizantes, negando e/ou suprimindo os fatores sociais, que perpassa e atravessa uma vida e uma cultural (Bock, 2004).

O panorama mais discutido e mais divulgado, dentro das massas da psicologia, é que a adolescência é marcada por algumas características que delineiam essa fase, sendo essas atribuições inerentes a todas as perspectivas de individualidade, independente da cultura a qual esse sujeito está inserido. Desse modo, todos os indivíduos, nessa atribuição, percorreriam etapas que marcam a transição, comumente conhecida como estágios de tormenta e tensão emocional. Assim, a ideia de evolução de um estágio da vida para outro, é permanente alvo de estudos e debates, a abordagem concebe o desenvolvimento como algo contínuo, que tem como norte a maturidade (Tomio, 2006).

Dessa maneira, a adolescência é pensada, por estudiosos da área do desenvolvimento humano, como marcos de alterações físicas, atribuindo comportamentos transgressores a essa etapa. O descrédito decorrente desse período é concernente a visão negativa que se coloca, sublinhando e dando enfoque a características negativas, a qual mudanças de comportamento acarretam possíveis distúrbios, que é derivado de uma imaturidade emocional. A passagem desse período e em consequência de todos os seus problemas relacionados, dar-se-á pelo simples fato do avançar da idade cronológica (Tomio; Facci, 2009).

É importante destacar que é fato as transformações que ocorrem nesse período, as transformações biológicas que acontecem na puberdade são indiscutíveis; no entanto, o que se transfaz é o reconhecimento, o entendimento que se tem sobre essas mudanças biológicas. Nessa linha de critério, a adolescência, como arranjo social, é criada pelo homem como fonte de poder e como fato cultural e psicológico. É elaborada como significante da sociedade e como significado da linguagem que favorecem e delimitam as relações sociais. Assim, a adolescência não é um processo estagnado, que tem seus fatores lineares, mas é um segmento dinâmico, que pode ocorrer de diversas maneiras, segundo as bases materiais (Bock, 2004).

Todas as mensurações que um adolescente vivencia em seu contexto atual tem significados em uma formação mais ampla. Vygotsky, Cole e Luria (1996) compreenderam esse marco como uma “crise” do desenvolvimento, manifestando que essas ações têm seu caráter reduzido aos aspectos psicologicamente aceitáveis, corroborado pelas práticas pedagógicas. Ainda de acordo com os autores, a crise é necessária, o que impulsiona o sujeito a mudanças em seu desenvolvimento psíquico, mas os critérios desse fenômeno estão alicerçados no parâmetro das atividades dos adolescentes, que são o que a crise expressa.

Oliveira e Egry, (1997) consideram a fase da adolescência como estágio de transições, em um viés de criticidade, o que retrata a profundidade dos processos que se praticam nessa idade. No entanto, o cerne de destaque dos aspectos do desenvolvimento é a passagem da infância para a vida adulta, com a reestruturação de novos elementos basilares e estruturais. Surgem formas do adulto, que manifesta em transformação do corpo, da constituição da autoconsciência, das normas estabelecida entre os seus iguais, dos interesses pessoais, dos novos formatos de interações pessoais e da concretude das instâncias ético-político que manifestam a partir do meio circundante.

Todo esse contexto se resume à busca por autonomia e pela construção da identidade. O adolescente busca ressignificar sua vida sem a tutela dos pais, criando uma manifestação do próprio eu sem a presença dos responsáveis, almejando a igualdade de condições. São esses conflitos intergeracionais que transcorrem durante esse período, que fizeram que os teóricos tradicionalistas em psicologia declaram os adolescentes como agressivos e rebeldes, em toda sua estrutura de padrão comportamental. Todavia, as relações que são estabelecidas dentro do seio familiar, dependem de uma gama de consonâncias, como os fatores sociais, a dinâmica familiar, as regras estabelecidas, bem como sua manutenção, dentre tantos outros elementos. Uma educação baseada no medo gera discrepâncias, pois dificulta a própria edificação da personalidade do adolescente (Berni; Roso, 2014).

Assim, não é possível afirmar que não haja elementos em comuns aos sujeitos nessa fase e que não exista certa regularidade. Entretanto, o que se pretende mensurar é que há uma correlação significativa entre essas transformações substâncias e o contexto social que o indivíduo está inserido. Algumas características se expressam atualmente como elementares na adolescência, isto é uma realidade, no entanto, é forjado compreender que tais padrões são adulterados pelo tempo, pela maneira como as pessoas se relacionam na fabricação da vida (Leal; Facci, 2014).

5 INSTITUIÇÕES SOCIAIS: FAMÍLIA E ESCOLA COMO REPRODUTORAS DE COESÃO

O termo instituições sociais são construtos humanos, criados para estruturar uma sociedade, com estabelecimentos de regras e normas. Essas interações partem de uma formação política, econômica e social que é determinada e mensurada ao longo do tempo, não sendo algo estático e imutável no tempo. As instituições sociais são formas de agregar o indivíduo ao campo das relações, inserindo-se em um contexto macro da sociedade, que perfaz determinadas condutas e ações, garantindo a coesão social (De Oliveira, 2008).

As instituições sociais podem ser caracterizadas de acordo com a socialização que elas desenvolvem. A família, por exemplo, tem seu caráter de socialização primária, referenciada como a primeira instituição que o indivíduo tem contato. A família cumpre um papel elementar da linguagem e dos signos que envolvem dinâmicas e comportamentos sociais, transmitindo os valores morais e a formação do que é culturalmente aceito. A instituição família tem seus princípios instigado pelos afetos, amparado por laços de irmandade, apego e familiaridade (De Cristo, 2017).

Para além das instituições primárias, há também especificidades das instituições secundárias, que tem suas características baseadas em regras e sistemas padronizados, aprovado e sancionado pelo corpo social, cuja função é manter o status quo, controlando as atividades dos sujeitos que dela participam, nela os indivíduos seguem uma rígida hierarquia. Essa instituição chamada escola, é a primeira instituição disciplinar que o sujeito tem contato, ainda na infância, a finalidade vai para além do ensinar, mas carrega consigo as ideologias dominantes, e cumpre um papel de docilização dos corpos, adestrando os indivíduos para o mundo do trabalho capitalista (Brighente; Mesquida, 2011).

É nesse campo teórico que os adolescentes vão se constituindo. Os adolescentes aprendem na família, o termo coesão social, não em seu significado conceitual, mas como

significado prático que tem que ser estabelecido dentro de um mundo objetivo, onde suas relações são baseadas na garantia da sobrevivência social. Assim sendo, pode-se compreender o espaço escolar também como subsidiária de controle, em sua estrutura de poder e vigília, no qual os adolescentes estão inseridos a maior parte do seu dia (Lemos; Cardoso; Alvarez, 2014).

Nesse sentido, no contexto escolar as artimanhas do controle e da vigilância são entrelaçadas pela vida e corpos dos estudantes, por meio de atividades disciplinares que permitem a mecânica do poder. A utilização dos corpos é crucial para a manutenção de forças produtivas, diminuindo toda a sinergia e manifestação para atos políticos. Nesse sentido, os indivíduos tornam-se produtivos economicamente e submissos politicamente, servindo, desse modo, aos interesses das classes dominantes (Brighente; Mesquida, 2011).

5. 1 A ESCOLA COMO AGENTE SOCIAL FRENTE ÀS QUESTÕES DE GÊNERO

Em um contexto de grande disputa política, em que os interesses são pleiteados pelas classes dominantes, às vivências postas e experienciadas pelos adolescentes em torno das expectativas de gênero se torna multifacetadas, havendo uma correlação entre o caráter social, individual e cultural, em um processo dialético do mundo objetivo e subjetivo, com marcas de um sistema econômico, que vai pautar uma atuação em prol ou contra a população. Assim sendo, os jovens internalizam a cultura e seus modos de operação, em relação a si e a um outro, que faz parte desse dinamismo social (Souza; Silva, 2019).

O espaço escolar, como subsidiária da ideologia dominante, frente às questões de gênero que perpassa toda uma sociedade e uma estrutura de poder, exerce, de forma consciente e/ou inconsciente, as facetas em torno do gênero. Tal atitude é mensurada a partir de comportamentos, frases postas no cotidiano que são direcionadas ao corpo estudantil, e a imagem que se tem do gênero com base na anatomia biológica, em uma estrutura de enquadramento dos corpos (Carvalho, 2000).

A base dessas atitudes não é desenvolvida pelos discentes e alunos da instituição formadora, ela é fruto de uma estrutura ampla, um projeto de sociedade, que reverbera em toda a composição social e institucional que o sujeito está inserido. Sua organização tem se sustentado desde a formação dos professores, passando pelos centros de ensino, até chegar nos cursos vinculados à pedagogia e à licenciatura (Bortolini, 2011).

A escola não é um campo de atuação neutro, onde todo o repertório de preconceito e estigma em torno das questões de gênero é deixado do lado de fora, o espaço escolar não é,

por vezes, uma extensão progressiva, que pauta o ordenamento dos poderes, e que questiona o sustentáculo da violência e da discriminação. A escola é um ambiente sociocultural, onde permanecem as disputas de interesses e as contradições. O preconceito racial e a discriminação de gênero, fazem parte da cultura e da configuração social brasileira, assim, está vigente nos relacionamentos entre professor e aluno dentro das escolas e fora dela (Diniz, 2008).

Nas escolas ainda é frequente a utilização indefinida de termos supostamente neutros, masculinos ou feminino, sem nenhuma metodologia fixada. Dessa forma, desvaloriza e desaponta as diferenças entre os sexos, colocando tudo e a todos em uma caixinha supostamente definida, desprezando as particularidades dos indivíduos, principalmente com o intuito de segregar e apontar distinções entre os sexos, exprimindo os estereótipos, bem como formulando e reproduzindo os preconceitos de gênero dentro do corpo escolar (Carvalho, 2004).

A cristalização da desigualdade de gênero acontece quando não é desenvolvida, quando não há um debate crítico diante de ações preconceituosas, e quando não se percebe as possibilidades de mudanças estruturais das violências. Os alunos, muitas vezes, chamam atenção para a necessidade de quebra de ciclo, superando comportamentos que excluem garotas e garotos de atividades que supostamente não pode ser exercida por determinado sexo, assim, há uma conduta veemente dos estudantes, pautada na reivindicação das condutas paralisantes das práticas escolares que acaba por polarizar os sexos (Couto; Oswald; Pocahy, 2018).

As diferenças entre os sexos não são basilares para os fundamentos de preconceitos e estereótipos. Há uma busca por resistência e transfiguração de novos paradigmas que se expressam pela contradição diante de comportamentos socialmente delineados para homens e mulheres. Há um esforço permanente para a construção de novas definições do que é historicamente construído e pautado como masculino e feminino, desafiando os status social e o poder vigente que alicerça e respalda tal prática (Garbarino, 2021).

Na sociedade atual, a separação entre os sexos aponta para uma correlação de forças entre homens e mulheres, que, por vezes, é categorizada. A escola, ao mesmo tempo que enaltece a igualdade entre os sexos, reproduz disputas por poder, a repressão aparece e ampara o estigma, contribuindo com eventos em que a posição da mulher é inferior ao do homem, ou então, a diferença é posta para defender interesses pessoais (Mingo, 2010).

Existe na prática profissional dos professores um enquadramento que tende a ser essencialista, no intuito de naturalizar o processo laboral do docente, engendrando conotações

negativas entre os sexos. Nesta direção, algumas profissionais, especialmente professoras mulheres da área, sentem uma discriminação por parte das figuras masculinas de autoridade dentro da escola, essas conotações de cunho pejorativo e discriminatório é posto dentro das salas de aula, em uma posição de hierarquização dos saberes, com o intuito de menosprezar e ofender o outro que supostamente é “inferior” (Carvalho, 2000).

A escola reflete a intolerância em relação às questões de gênero, o sexismo que acomete toda a sociedade. O preconceito de gênero, que permeia meninos e meninas, homens e mulheres, no campo escolar e nas salas de aula, tem suporte em uma atuação e eficácia deficitária do sistema educacional, que privilegia um sexo sobre o outro, e é respaldada dentro da escola como mecanismo de controle. No entanto, em certos momentos as condutas pedagógicas podem romper com tal estigma de gênero, em outras situações são veículos que estimulam o estigma (Garbarino, 2021).

A esfera escolar pode apresentar imagens que reforçam o preconceito, por exemplo, quando o profissional associa o desempenho de suas alunas ao cuidado e a persistência com os estudos, mas quase nunca como eminentemente brilhantes. O mesmo estigma pode acometer os meninos, quando estes não realizam e não correspondem a um modelo estereotipado do que é ser masculino, ficando à mercê de piadas entre colegas e professores, tal cenário é alicerce por um sofrimento ético-político baseado em discriminação (Carvalho, 2003).

O sofrimento ético-político abarca múltiplas facetas da vida, que aniquila a vida e a alma de diferentes formas. Esse sofrimento tem raízes nos estigmas sociais, é a dialética entre o eu e o outro, que subverte a concepção de si e do mundo, em paradigmas sociais que determinam o ser inferior como produto de aniquilação. Tal proposição revela as bases de uma sociedade desigual, na negação do indivíduo como sujeito de direito e de pertença a uma coletividade grupal. A dor é comedida pelo sentimento de inadequação, de ser apreendido como alguém sem valor, retratando as vivências das classes dominantes como alvo de disputa subjetiva, que se internaliza a compreender um adoecimento físico e mental (Sawaia, 2001).

A vivência dos adolescentes frente às expectativas de gênero vem, nos últimos anos, sofrendo modificações, com o entrelaçamento dos movimentos feministas, a partir do questionamento de identidades de gênero não-binárias, têm ocorrido mudanças de percepções e experiências em relação ao gênero. Essas modificações criam suporte prático e estratégico para os adolescentes desafiarem as normas tradicionais, com o intuito de empoderar novas expressões de gênero (Góes; Cruz, 2006).

Nesse sentido, a escola tem sofrido modificações ao longo do tempo, porém, ainda é comum a visão reducionista da escola, com o intuito de discutir apenas o panorama socioeconômico. Essa prática é simplista, pois encontram-se outras esferas relacionais dentro da instituição escolar que influem no desenvolvimento da escolarização. Os conceitos que devem ser pautados em sala de aula e dentro do ambiente escolar devem estar respaldados pela luta de classes, gênero e raça, com o intuito de transformar a sociedade, para a classe trabalhadora e pautar os preconceitos que é base da sociedade capitalista (Couto; Oswald; Pocahy, 2018).

É vital traduzir e reconhecer todas as expectativas de gênero, enraizadas e consagradas nos emaranhados sociais e que tem suas bases concretizadas e de estruturas de difíceis acessos. Muitos adolescentes são impelidos a enfrentar situações de discriminações e de desprezo em virtude do gênero, em um embate que provoca sérios danos a sua saúde mental e seu bem-estar psíquico, em um contexto de violação de direitos e de preconceitos, principalmente em um contexto social que é “aceitável” ser agressor e provocar danos morais e psicológicos a um outro que é considerado “diferente”, e que nesse sentido, não merece permanecer em sociedade, é nesse entrelaçamento que o binarismo toma de conta do imaginário social (De Beauvoir, 2014).

É importante destacar que os jovens não são meros receptores de todas essas informações, mas eles são capazes, de acordo com a realidade de cada sujeito, de interpretar e resistir às normas impostas pela sociedade. Alguns jovens, por exemplo, podem encontrar mecanismos de resistência, para desafiar e confrontar essas expectativas de gênero. Essas ações acontecem por meio da coletividade, de movimentos sociais que lutam para a emancipação da sociedade, propondo o fim do capitalismo e toda forma de opressão, em uma perspectiva de raça, classe e gênero (Cyfer, 2015).

5.2 A FAMÍLIA COMO BASE DE SUSTENTAÇÃO PARA A FORMULAÇÃO E REPRODUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO

Antes do nascimento de uma criança, a família, em sua conjuntura estruturante já prepara fenômenos que irão alicerçar o comportamento deste sujeito. A cor das vestimentas é a análise concreta de que fatores sexuais influenciam as atitudes na construção da identidade de um indivíduo. A cor rosa, significando, delicadeza, calma, é referente ao sexo feminino, já a cor azul representada por fortaleza, segurança se refere ao sexo masculino. Essas idealizações vão moldando o significado do que é ser feminino e do que é ser masculino, em

uma perspectiva social que tem significados e repercussões durante todo o percurso da vida dos indivíduos (Filha, 2015).

A família como constituidora da formação da identidade de gênero, influencia suas atitudes e percepções em torno da questão de gênero. A começar pela infância, mas perpassando toda a fase da adolescência, papéis, valores e normas, são cristalizados e transferidos, de forma a unificar conceitos e atitudes almejados. Tais estabelecimentos de ação passam pela cultura e é mensurada por uma conjuntura social que corrobora com tal paradigma de aferição. Nesse contexto, a família exerce uma função vital na socialização dos indivíduos, participando e reforçando padrões de gênero que irão constituir o desenvolvimento da identidade de gênero (Carvalho; Melo, 2019).

As interações que se fazem dentro desse contexto são marcadas por mecanismos que corroboram com modelos de comportamento e expectativas culturais. Essas significações são atribuídas em um contexto macro, onde é esperado certas condutas de atuação, em uma análise binária do mundo e das interações sociais. Por exemplo, algo bem sutil, mas que tem como base uma estrutura de poder, é a diferenciação da produção a partir do gênero de seus filhos, atribuindo-lhes responsabilidade e expectativas distintas. Essa determinação pode ser percebida na escolha de objetos e pertences, e para qual sexo esses dispositivos são distribuídos. As atividades são aferidas diante do sexo, em uma determinação apropriada para meninas ou meninos, ou mais concretamente, na forma como são expressas as emoções e manifestações de afeto (Filha, 2015).

Toda essa conjuntura de relações é transmitida por meio das interações sociais que este indivíduo está introduzido, e podem modificar radicalmente de acordo com o contexto histórico e suas nuances atribuídas aos sexos, que tem seus mecanismos de criação e de poder. Exemplos marcantes e vivenciados pelos sexos são: meninos são incentivados sempre a demonstrar fortaleza, coragem, e assertividade em suas ações, não podendo ser fraco e nem demonstrar suas emoções; já as meninas são encorajadas a serem dóceis, simpáticas e amáveis, não sendo incentivadas a serem independentes e objetivas em suas conquistas pessoais (Souza; Silva, 2019).

Essa criação vem de berço, acompanhada por uma cultura machista, que visa a mulher como mero objeto e o homem como conquistador. Essas sutilezas são acompanhadas desde a compra de um brinquedo, até práticas educativas dentro do ambiente doméstico, onde as meninas ficam relegadas aos cuidados e aos afazeres domésticos, enquanto os meninos podem exercer sua força em torno do trabalho laboral, que gira em torno de suas aspirações futuras (Góes; Cruz, 2006).

Essas situações que vão se criando e se consolidando, não apenas influenciam no comportamento dos adolescentes, mas interferem e influenciam na sua autoimagem, em suas relações entre os pares e em seus anseios futuros. Nesse sentido, toda a violência que é perpetrada para os jovens se adequar às normas de gênero é adoecedora, e tem levado muitos jovens a internalizar essas expectativas, com o sentimento de frustração por não conseguirem atender a essas aspirações, muitas vezes acometidos pela sensação de inadequação e irrelevância para si e para os outros (De Beauvoir, 2014).

As obrigações que os pais e/ou responsáveis desempenham diante das responsabilidades do lar, tem uma função crucial na elaboração da construção social da perspectiva de gênero. Os adolescentes internalizam aquilo que observam seus responsáveis fazendo, e como esses atributos é reorganizado dentro do espaço familiar. A divisão do trabalho doméstico e as dinâmicas de poder são analisadas como substrato dos papéis considerados masculinos e femininos. Essa experiência, que tem como base a dinâmica familiar e como elas interagem entre si, moldam o comportamento e as expectativas futuras em relação ao gênero e qual papel vai ser desempenhado diante do espaço público e privado (Okin, 2008).

Algumas mudanças diante das dinâmicas de gênero na família já são mensuradas e debatidas. Em um contexto bombardeado pelas redes sociais, estigmas e padrões comportamentais já estão sendo desmistificados, e a família é influenciada por esses fatores que contribuem para uma nova perspectiva de sociedade. O contexto cultural, os valores individuais e a estrutura familiar são marcadores que influenciam sua organização basilar de compreensão de si e do mundo. É possível verificar famílias que rompem com o tradicionalismo, não só nas questões de gênero, mas em sua composição nuclear, desafiando e subvertendo normas sociais e de gênero, estimulando a igualdade e o respeito à diversidade de identidade de gênero (Pratta; Santos, 2007).

A constituição do gênero no meio familiar é um mecanismo complexo, que exige um dinamismo, influenciado por um leque de fatores. Ao ser reconhecida o papel primordial da família, na constituição da personalidade dos sujeitos, se faz presente a ideia de promover um contexto mais igualitário, onde o gênero não seja bússola para estigmas e preconceitos, e que se faça efetivo a corroboração de uma identidade autêntica e positiva dentro do espaço familiar. É crucial destacar o papel dos pais nesse processo, de forma a autenticar e fortalecer os vínculos relacionais com seus filhos, com o intuito de quebrar estereótipos e promover a igualdade de gênero (Carvalho; Melo, 2019).

É no ambiente familiar que os adolescentes vão criando conceitos do que é ser homem ou mulher, compreendendo que há uma distinção vital, que não só diz respeito ao órgão genital, mas aos papéis desempenhados dentro do meio doméstico e social, e toda essa conjuntura vai sendo internalizada no adolescente, como se fosse algo “natural” da nossa espécie. Uma das formas mais eficientes de desconstrução, em uma condução familiar, que fica restrita ao âmbito do lar, e não abarca o contexto social, é o papel que os pais exercem dentro desse domicílio. Ao formular e questionar comportamentos tradicionais dirigidos aos sexos, os adultos podem mostrar para os adolescentes que não existem limites preestabelecidos para o que homens e mulheres podem realizar (Maciel; Marques; Torres, 2008).

A mudança de protótipo de gênero passa por uma mudança radical da sociedade, não basta querer a desconstrução no espaço privado da família. O gênero é político, e tem suas bases em um projeto de sociedade, que alicerça e reforça seus poderes a partir do sofrimento e preconceitos de uns contra os outros, ninguém está salvo de estigmas, e isso precisa ser levado em consideração. Apesar de suas bases sociais, a família, como instituição, pode envolver-se com o compromisso da reflexão e da diversidade de gênero, com o intuito de mudança radical, baseado em uma perspectiva coletiva (Carvalho; Melo, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as discussões apresentadas, o presente trabalho buscou investigar as nuances e as performances em torno da construção da adolescência e as expectativas que esses jovens sofrem em torno da questão do gênero. Com aporte teórico direcionado a uma perspectiva social, procurou-se um olhar investigativo sobre a sociedade, de forma crítica e reflexiva, de modo a compreender as relações sociais como construção de uma certa cultura e de um tempo histórico.

Ademais, foi possível perceber como a adolescência é desenvolvida socialmente, e sofre influência de vários mecanismos de controle e de poder, seja da família, da escola ou do Estado. Os jovens, desde a infância, são inseridos na cultura a partir de uma percepção binária do que é ser homem e do que é ser mulher, e essas conotações vão sendo alicerçadas dentro desses espaços de convívio, e que tem suas bases em um projeto político de sociedade.

É importante destacar o sofrimento ético-político de jovens, em um contexto no qual são proibidos de serem quem são, pois há o temor de sofrer represálias, em uma sociedade marcada pela violência. Essas violências são perpetradas em vários ambientes e instituições

sociais, mas ela começa dentro do espaço doméstico. Nesses lares, é esperado certos tipos de comportamentos e atitudes referentes ao ser menino e ao ser menina, o trabalho doméstico, as expectativas das emoções, são atributos que podem dificultar o processo de desenvolvimento dos adolescentes.

Para além do espaço doméstico, a escola pode ser também um local em que as relações binárias estão sujeitas a conformação e reprodução. A escola, apesar de seu caráter educativo, tem suas raízes em uma ideologia dominante, que concebe o indivíduo de forma padronizada. A utilização de comportamentos e atitudes sexistas e preconceituosas, a divisão de atividades com base no sexo e falta de debate crítico sobre as questões de gênero contribuem para a estagnação social e a manutenção de desigualdades de gênero.

Com isso, espera-se que o conteúdo fornecido neste artigo possa servir de pistas para a construção de uma nova sociedade, que os passos de forma coletiva sejam fonte de progresso. Que sejam também, um alerta à sociedade civil sobre a necessidade de se discutir sobre os processos de gênero, direcionado ao público jovem, que são tão relegados socialmente e pejorativamente referidos. Mais do que qualquer outra coisa, deseja-se que este trabalho seja uma semente de esperança na vida de jovens, que eles encontrem apoio e forças para serem quem são.

Cabe ressaltar a dificuldade para produzir esta pesquisa, em virtude da escassez de materiais nos bancos de dados pesquisados que trate a adolescência em suas vivências e expectativas em relação ao gênero. Percebeu-se uma carência na literatura em relação aos meninos, em virtude de se atribuir o termo gênero somente às meninas, não se achou muitos dados sobre o impacto desses estereótipos nos meninos, principalmente na fase da adolescência.

Para resultados mais fidedignos, pesquisas futuras podem ser realizadas diretamente com os adolescentes, com o intuito de narrar essas vivências e avaliar o impacto dos estereótipos em suas vidas e em seu desenvolvimento pessoal e social. Além disso, pode-se ter como base perguntas referentes a família e a escola, e o impacto dessas bases na construção da identidade. Também é importante que sejam realizadas mais pesquisas com essa temática envolvendo as performatividades de gênero trans. Sugerem-se também, mais pesquisas de campo com a instituição escolar sobre os apontamentos pedagógicos para superação de expectativas e vivências sexistas no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

ARÁN, M; PEIXOTO JÚNIOR, C. A. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **cadernos pagu**, p. 129-147, 2007.

ALMEIDA, S. R. G. Gênero, identidade, diferença. **Aletria: revista de estudos de literatura**, v. 9, p. 90-97, 2002.

AMARAL, A. M. S. et al. Adolescência, gênero e sexualidade: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 62-67, 2017.

AVILA, S. F. O. A adolescência como ideal social. **Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente**, 2005. (AVILA, 2005)

BUTLER, J. Assuntos de sexo/gênero/desejo. **Revista Feminária**, v. 10, n. 19, p. 109-125, 1997.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, p. 249-274, 2014.

BOCK, A. M. B. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos Cedes**, v. 24, p. 26-43, 2004.

BRIGHENTE, M. F; MESQUIDA, P. Michel Foucault: corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares. In: **X CONGRESSO EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE**, 2011.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 11, p. 63-76, 2007.

BERNI, V. L; ROSO, A. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 126-136, 2014.

BORTOLINI, A. Diversidade sexual e de gênero na escola. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, p. 27-37, 2011.

CABRAL, F; DÍAZ, M. Relações de gênero. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Belo Horizonte: **Gráfica e Editora Rona Ltda**, p. 142-150, 1998.

COIMBRA, C; BOCCO, F; DO NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de pesquisa**, p. 143-155, 2000.

CARVALHO, M. E. P. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 01, p. 185-193, 2003.

CARVALHO, M. E. P. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, p. 41-58, 2004.

CARVALHO, J. B; MELO, M. C. A família e os papéis de gênero na adolescência. **Psicologia e Sociedade**, v. 31, p. 168-505, 2019.

COUTO, D. R; OSWALD, M. L. M. B; POCAHY, F. A. Gênero, sexualidade e juventude (s) Problematizações sobre heteronormatividade e cotidiano escolar. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 124-137, 2018.

COUTINHO, L. G. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. **Pulsional rev. psicanál**, p. 16-23, 2005.

CYFER, I. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 41-77, 2015.

DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação e Sociedade**, v. 29, p. 477-492, 2008.

DOS REIS, N; PINHO, R. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 7, 2016.

DE BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

DE CRISTO, H. M. Foucault e Goffman: em torno de instituições e poderes. **Sapere Aude**, v. 8, n. 16, p. 381-394, 2017.

DE OLIVEIRA, C. M. Método e sociologia em Weber: alguns conceitos fundamentais. **Revista Inter-Legere**, n. 3, 2008.

FIRMINO, F. H; PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 19, n. 1, p. 51-61, 2017.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 7, n. 1, p. 147-160, 2007.

FILHA, C. X. Sexualidade e identidade de gênero na infância. **Diversidade e Educação**, v. 3, n. 6, p. 14-21, 2015.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GÓES, M. C. R; CRUZ, M. N. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. **Pro-posições**, v. 17, n. 2, p. 31-45, 2006.

GARBARINO, M. I. Queixa escolar e gênero: a (des) construção de estereótipos na educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 11-26, 2021.

HAVIGHURST, R. *Psicología Social de la Adolescencia*. Washington: **Unión Panamericana**, 1962.

IOP, E. Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais. **Visão Global**, v. 12, n. 2, p. 231-250, 2009.

LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D. Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. **Adolescência em foco: contribuições para a psicologia e para a educação**, p. 15-44, 2014.

LEMO, F. C. S.; CARDOSO, H. R. J.; ALVAREZ, M. C. Instituições, confinamento e relações de poder: questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 100-106, 2014.

MARTINS, L. M. A natureza histórico-social da personalidade. **Cadernos Cedes**, v. 24, p. 82-99, 2004.

MAGRO, V. M. M. Meninas do graffiti: **educação, adolescência, identidade e gênero nas culturas juvenis contemporâneas**, 2003.

MACIEL, D.; MARQUES, C.; TORRES, A. Trabalho, família e gênero. In: **VI Congresso Português de Sociologia**. p. 1-16, 2008.

MINGO, A. Olhos que não veem... Violência escolar e gênero. **Perfis educacionais**, v. 32, 130, p. 25-48, 2010.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista estudos feministas**, v. 8, n. 2, p. 09-41, 2000.

NOVAES, E. D. Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história* Between public and private: the role of women in social movements and the conquest of rights in the course of History. **História e Cultura**, v. 4, n. 3, p. 50-66, 2015.

OLIVEIRA, M. A. C.; EGRY, E. Y. A adolescência como um constructo social. **Journal of Human Growth and Development**, v. 7, n. 2, 1997.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revista estudos feministas**, v. 16, p. 305-332, 2008.

PINSKY, C. B. Estudos de gênero e história social. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, p. 159-189, 2009.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de saúde pública**, v. 29, p. 318-325, 1995.

PRATTA, E. M. M; SANTOS, M. A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em estudo**, v. 12, p. 247-256, 2007.

SCOTT, J. W; LOURO, G. L; SILVA, T. T. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. _____ (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, p. 96-118, 2001.

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: algumas observações. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 22, p. 33-41, 2005.

SOUZA, C; SILVA, D. N. H. Adolescência em debate: contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural. **Psicologia em estudo**, v. 23, p. 03-23, 2019.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 173-186, 2008.

TOMIO, N. A. O. Adolescência na perspectiva histórico-cultural. Monografia apresentada para obtenção do título de especialista em Teoria Histórico-Cultural. **Universidade Estadual de Maringá**, 2006.

TOMIO, N. A. O; FACCI, M. G. D. Adolescência: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica. **Teoria e prática da Educação**, v. 12, n. 1, p. 89-100, 2009.

VYGOTSKI, L S; COLE, M; LURIA, A. R. **El desarrollo de los procesos psicológicos superiores**. Barcelona: crítica, 1996.